

Tendências da Contabilidade Contemporânea

Atena Editora



Atena Editora

**TENDÊNCIAS DA CONTABILIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Atena Editora
2017

2017 by Atena Editora
Copyright © da Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves
Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A864t

Atena Editora.
Tendências da contabilidade contemporânea / Atena Editora. –
Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.
1.296 kbytes

Formato: PDF
ISBN 978-85-93243-51-6
DOI 10.22533/at.ed.516170412
Inclui bibliografia

1. Empresas. 2. Contabilidade. I. Título.

CDD-657

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DE UM CONTADOR NA FIGURA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA BUSCA DA EFICÁCIA DOS PROCESSOS FALIMENTARES E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Maressa Nadir Fonseca, Benedito Albuquerque da Silva e Ozeni Souza de Oliveira12

CAPÍTULO II

INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE APOIO A TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL NA VISÃO DOS CONTADORES DE ESCRITÓRIO EM FEIRA DE SANTANA - Ba

Caroline do Carmo Adorno, René Becker Almeida Carmo, Carlos Alberto Oliveira Brito e Luiz Ivan dos Santos Silva31

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA EM PORTAIS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2010-2015

Artur Angelo Ramos Lamenha, Gabriel Ramos Lamenha, João Vinicius Santos Correia de Melo e Maria Luciana de Melo52

CAPÍTULO IV

ARMADILHAS CONTIDAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UM CASO DE FORENSIC ACCOUNTING

Sílvio Parodi Oliveira Camilo, César Medeiros Cupertino e Reinaldo de Almeida Coelho71

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PELA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COM BASE NA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Selma Alves Dias93

CAPÍTULO VI

AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES POR INTERMÉDIO DE INDICADORES CONTÁBEIS (2010-2013)

Rodney Wernke e Ivone Junges115

CAPÍTULO VII

AVALIAÇÕES DE EMPRESAS VIESADAS: UMA ANÁLISE DOS LAUDOS DE OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

Roberto Francisco de Souza , Diego Messias, Denis Dall’Asta e Jerry Adriani Johann ..138

CAPÍTULO VIII

AVESSO A PERDAS E PROPENSO A GANHOS: PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS

Silvana Dalmutt Kruger, Mateus Prestes , Sérgio Murilo Petri e Sady Mazzioni153

CAPÍTULO IX

DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LISTADAS NA BM&FBOVESPA

*Leidyenne Kássia Brandão Carneiro, Jeanne Marguerite Molina Moreira e Allyne Marie
Molina Moreira.....173*

CAPÍTULO X

ESTATÍSTICA DESCRITIVA APLICADA À ANÁLISE DE BALANÇOS

*Benedito Albuquerque da Silva, Reginaldo Brito da Costa, Michel Constantino de
Oliveira, Ana Paula M. Campos, Nidia M. Guerra Gomes e Rosane Aparecida Kulevicz194*

CAPÍTULO XI

EVOLUÇÃO DA CONDUTA SOCIAL DAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE
INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Herivelton Antônio Schuster, Bradley Ricardo Moretti e Roberto Carlos Klann.....207

CAPÍTULO XII

PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DEMANDADO PELO MERCADO DE TRABALHO
NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Silvana Dalmutt Kruger, Keizi Sacon, Sérgio Murilo Petri e Sady Mazzioni.....229

CAPÍTULO XIII

IMPACTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA

*Ozeni Souza de Oliveira, Benedito Albuquerque da Silva, Sandro Aparecido Lima dos
Santos, Michel Constantino de Oliveira e Reginaldo Brito da Costa248*

Sobre os autores.....260

CAPÍTULO VI

AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES POR INTERMÉDIO DE INDICADORES CONTÁBEIS (2010-2013)

**Rodney Wernke
Ivone Junges**

AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES POR INTERMÉDIO DE INDICADORES CONTÁBEIS (2010-2013)

Rodney Wernke

Ivone Junges

RESUMO: O Estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões (Serrana, Oeste Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Norte Catarinense e Sul Catarinense). Nessa direção, o estudo apresenta como objetivo mensurar, comparativamente, a proporção dos valores pertinentes às categorias de receitas tributárias municipais mais relevantes sobre o montante líquido arrecado em cada um dos territórios mesorregionais do estado barriga-verde. Com isso, pretende responder questão de pesquisa relacionada aos níveis de participação percentual das principais receitas dos municípios catarinenses, consolidados nas mesorregiões, sobre a receita líquida total. Quanto à metodologia utilizada, a pesquisa pode ser adjetivada como descritiva e com abordagem quantitativa. Por envolver o período entre 2010 e 2013, caracteriza-se também como de corte seccional (cross-sectional), visto que investiga fenômeno que ocorre num corte transversal de tempo e efetua análises detalhadas para fundamentar observações alcançadas uma única vez. No que tange à população abrangida, foram obtidos dados acerca de todos os municípios catarinenses nos quatro anos priorizados. Entretanto, houve a emancipação de dois municípios em 2013 (Pescaria Brava e Balneário Rincão), o que fez com que Santa Catarina fosse constituída por 295 cidades neste último ano e por 293 entre 2010 e 2012. No que concerne aos dados primários coligidos, a coleta destes ocorreu em dezembro de 2015 em duas fontes on-line. No Relatório Finanças do Brasil - FINBRA (site da Secretaria do Tesouro Nacional - STN) foram obtidas as informações sobre as receitas municipais consideradas no estudo e no site do IBGE foram colhidas as informações relacionadas à divisão em mesorregiões dos municípios catarinenses. Em seguida, os dados foram avaliados quanto a inconsistências ou ausência destes para algum município, tabulados em planilhas Excel e atualizados/inflacionados os valores monetários de 2010, 2011 e 2012 pelo IPCA para poder aquisitivo equivalente ao ano de 2013. A “G.Fpolis.” é a mesorregião que possui maior capacidade de arrecadação quanto às Receitas Tributárias Municipais e a “Serrana” pode ser qualificada como a menos eficiente na obtenção deste tipo de receita. No caso das Transferências Intergovernamentais, a mesorregião “Oeste C.” foi a que apresentou a maior proporção da RLT (com 83,65%), enquanto que a “G.Fpolis.” ostentou o menor percentual (54,40%). Os recursos oriundos da “Participação na Receita da União” são menos representativos que os provenientes da “Participação na Receita dos Estados” nos seis conjuntos de municípios visados. Quanto aos integrantes das transferências do governo estadual, no quadriênio os montantes da “Cota-parte ICMS” foram significativamente mais relevantes (média estadual de 22,84%) que os repasses da “Cota-parte IPVA” (3,68%, em média) no período.

PALAVRAS-CHAVE: Receitas municipais. Indicadores Contábeis. Mesorregiões Catarinenses.

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões (Serrana, Oeste Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Norte Catarinense e Sul Catarinense) que se distinguem em termos de tipo de relevo, extensão territorial, origens étnicas da população, nível de industrialização, densidade demográfica, número de municípios, participação dos setores econômicos, entre outras características. As peculiaridades que diferenciam esses territórios mesorregionais provavelmente afetam o volume de recursos das receitas municipais, quer sejam estas provenientes de transferências de outras esferas públicas (União ou Governo Estadual) ou daqueles tributos cujas arrecadações são incumbência da municipalidade. Nesse sentido, os graus de dependência das receitas intergovernamentais ou das receitas próprias podem ser muito diferentes entre os municípios e as mesorregiões catarinenses.

Fundamentado em tal suposição, nesta pesquisa se pretendeu responder à seguinte pergunta: quais os níveis de participação percentual das principais receitas dos municípios catarinenses, consolidados nas mesorregiões, sobre a receita líquida total? A partir disso foi estabelecido como objetivo mensurar, comparativamente, a proporção dos valores pertinentes às categorias de receitas tributárias municipais mais relevantes sobre o montante líquido arrecado em cada um dos territórios mesorregionais do estado barriga-verde.

Quanto à justificativa para pesquisa com esse enfoque é pertinente destacar que a economia catarinense é uma das mais representativas do país e o estudo abrangeu mais de 85% da Receita Líquida Total (RLT) dos municípios/mesorregiões do estado. Além disso, o conhecimento das realidades tributárias mesorregionais pode deslindar aspectos poucos conhecidos sobre os níveis de dependência dessas áreas geográficas em relação às diversas fontes de recursos utilizadas para custear a estrutura das prefeituras e atender as demandas da população.

Para tanto, além desta breve introdução, neste artigo é feita uma revisão da literatura sobre os tópicos ligados ao tema, explicada a metodologia utilizada, apresentados os índices apurados e comentados os resultados encontrados. Por último, são comentadas as conclusões do estudo, as limitações associáveis e evidenciadas sugestões para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para uma adequada compreensão do estudo é pertinente conhecer os conceitos mais estreitamente ligados ao tema pesquisado, como delineado nas próximas seções.

2.1. Modalidades de receitas tributárias dos municípios

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, aos municípios foram atribuídas mais competências tributárias próprias, além de terem sido ampliadas as participações destes entes federativos no montante arrecadado de impostos das esferas federal e estadual (REIS, COSTA e SILVEIRA, 2013). Nessa direção, a receita municipal é formada pela arrecadação tributária própria da municipalidade e pelas transferências de outros níveis de governo.

No caso da primeira categoria, nesta pesquisa foram priorizados os valores relacionados com o total arrecadado (“Receita Tributária Municipal”) e o seu integrante mais associado às prefeituras (o IPTU). Quanto à segunda classe de tributos, além do montante pertinente às “Transferências Intergovernamentais” também foram considerados os valores referentes à “Participação na Receita da União” e à “Participação na Receita dos Estados”, sendo que nesta última enquadravam-se os recursos provenientes da “Cota-parte do ICMS” e da “Cota-parte do IPVA”. As referidas fontes de receitas são descritas nas próximas seções.

2.1.1. Transferências intergovernamentais

Acerca das transferências governamentais, Andrade (2010) assevera que estas se referem principalmente às cotas-partes do ICMS e do IPVA no âmbito estadual. No contexto federal as mais relevantes formas de transferências de recursos dizem respeito ao Fundo de Participação dos municípios (FPM), ao Fundo do IPI-Exportação (FPEEX), ao Imposto Territorial Rural (ITR) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), entre outras possibilidades.

Destes recursos transferidos, Gouvêa, Varela e Farina (2010) registram que as fontes de recursos mais relevantes tendem a ser o Fundo de Participação Municipal (FPM), que é uma transferência da União às prefeituras e a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um repasse efetuado pelo governo estadual.

2.1.1.1. Participação na Receita da União

No caso dos recursos repassados pelo governo federal, estes são contabilizados como “1721.01.00 Participação na Receita da União” e costumam envolver, entre outros, os montantes relacionados à “Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal” (1721.01.02), “Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural” (1721.01.05) e “Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro” (1721.01.32)”.

Do conjunto de integrantes da Participação na Receita da União, o Fundo de

Participação dos Municípios (FPM-União) costuma ser o mais relevante. Acerca desse tipo de transferência intergovernamental, a Secretaria do Tesouro Nacional (2012) registra que a distribuição dos valores respectivos está fundamentada no artigo 159 da Carta Magna brasileira, onde está preconizado que a União deverá transferir para o FPM um percentual do valor arrecadado dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). Quanto aos critérios utilizados na divisão entre os municípios, atualmente os percentuais individuais de participação dos Municípios são calculados anualmente pelo TCU e por ele publicados em Decisão Normativa no Diário Oficial da União até o último dia útil de cada exercício (CTN, art. 92). O cálculo é feito com base em informações prestadas ao TCU até o dia 31 de outubro de cada ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações estas compostas da população de cada Município e da renda per capita de cada Estado. Então, para a divisão do FPM-União os Municípios brasileiros são distribuídos em três categorias: (i) Capitais (Brasília e as capitais estaduais, que recebem 10,6% do FPM); (ii) Municípios da Reserva (aqueles com população superior a 142.633 habitantes e que repartem entre si 86,4% dos recursos) e (iii) Municípios do Interior (os demais não enquadráveis nas duas categorias anteriores, que fazem jus a 3,6% do desse montante).

2.1.1.2 – Participação nas receitas dos Estados

Quanto ao repasse das transferências do governo estadual, a Constituição Brasileira assegura que os municípios também sejam beneficiados com a receita proveniente das transferências do Estado da federação onde estão sediados. Destarte, recebem verbas classificadas como “1722.01.00 Participação na Receita dos Estados”, que envolve itens como “1722.01.01 Cota-Parte do ICMS”, “1722.01.02 Cota-Parte do IPVA”, “1722.01.04 Cota-Parte do IPI sobre Exportação”, “1722.01.13 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico” e “1722.01.99 Outras Participações na Receita dos Estados”. Contudo, neste estudo foram priorizados os montantes transferidos a título de IPVA e de ICMS, conforme descrito na sequência.

Acerca do IPVA, em Santa Catarina é a Lei nº 7.543/88 que regulamenta esse tributo incidente sobre o valor dos veículos automotores sujeitos a licenciamento pelos órgãos competentes. Está previsto no artigo 11 dessa mesma lei que metade do produto da arrecadação deste imposto deve ser destinado ao município em que estiver registrado, matriculado ou licenciado o veículo. Quanto a sua representatividade, Avila e Conceição (2015) afirmam que o mesmo responde por 1,7% da arrecadação total do Brasil.

No caso do ICMS, Reis, Costa e Silveira (2013) registram que a legislação prevê que 25% do total arrecadado com esse imposto pelo Estado seja repassado aos municípios a partir de critérios que levam em conta principalmente a movimentação econômica das cidades em termos de valor adicionado. Matias e

Campello (2000) citam que o fator “valor adicionado” pode ser considerado o mais importante por duas razões: (i) por determinação constitucional o valor adicionado deve responder por dois terços do índice a ser utilizado para apurar o percentual de repasse do ICMS aos municípios e (ii) é um componente que pode ser administrado pela organização, ainda que parcialmente. No âmbito de Santa Catarina, a divisão entre o governo estadual e os municípios é regida pela Portaria no. 233/2012 da Secretaria Estadual da Fazenda, que se adequa ao disposto no art. 158, inciso IV da Constituição Federal e Lei nº 7.721, de 06 de setembro de 1989. Em decorrência disso, como o montante dessas transferências está atrelado à geração de riquezas nos municípios há uma tendência de que as cidades mais evoluídas economicamente sejam mais beneficiadas com esses repasses na comparação com aquelas com atividade econômica menos intensa.

2.1.2.Receitas tributárias municipais

No que tange às receitas tributárias próprias dos municípios, Kohama (2012) destaca que estas envolvem a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), das contribuições de melhorias e das taxas que possam vir a ser cobradas pelas prefeituras.

Por sua vez, Andrade (2002a) afirma que as receitas tributárias municipais são aquelas derivadas de tributos como impostos, taxas e contribuições de melhoria. No caso desta pesquisa, “Impostos” (conta 1110.00.00) abrange o valor arrecadado com IPTU, ITBI, Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Impostos sobre a Produção e a Circulação. As “Taxas” (conta 1120.00.00) equivalem àqueles tributos cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, enquanto que as “Contribuições de Melhoria” (conta 1130.00.00) referem-se ao valor total da arrecadação dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas.

Sobre o IPTU, sua constitucionalidade está prevista no artigo 156 da Constituição Federal do Brasil, mas o Código Tributário Nacional (CTN), instituído pela Lei no. 5172/66, já havia regulamentado tal imposto nos seus artigos 32, 33 e 34. A responsabilidade pela arrecadação desse tributo é dos municípios e seu fato gerador ocorre pela propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município. O contribuinte pode ser o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título, sendo que a base de cálculo é dada pelo valor venal (de venda) dos imóveis e sua alíquota varia de um município para outro, sendo permitida a progressividade de alíquotas após a vigência da Emenda Constitucional 29/2000. O IPTU participa com aproximadamente 1,4% da arrecadação tributária total do país, segundo Avila e Conceição (2015), sendo que este costuma ser uma importante fonte de receita para os municípios brasileiros.

2.2. Estudos com abordagens assemelhadas

Quanto a estudos com abordagem assemelhada a esta ora relatada, no final de fevereiro de 2016 foram realizadas pesquisas por termos/expressões como “receitas tributárias próprias”, “receitas próprias” e “receitas tributárias municipais” (e suas variações) nos sítios das revistas científicas brasileiras voltadas à contabilidade e classificadas pelo ranking Qualis/Capes entre os estratos A1 e B2, conforme divulgado no segundo semestre de 2015. Destarte, a busca efetuada abrangeu os periódicos Revista Contabilidade & Finanças, Contabilidade Vista & Revista, Enfoque: Reflexão Contábil, Revista Contemporânea de Contabilidade – UFSC (1807-1821), Revista de Contabilidade e Organizações, Revista Universo Contábil e Advances in Scientific and Applied Accounting. Além disso, também foi efetuada uma busca no Portal de Periódicos Capes com a mesma intenção, sendo que deste conjunto de possíveis fontes foram apuradas somente as menções relacionadas aos artigos a seguir comentados.

Reis et al (2016) pesquisaram sobre a mudança no perfil da arrecadação tributária própria de 128 municípios da Zona da Mata Mineira (uma das regiões do Estado de Minas Gerais) nos anos de 2005 a 2010. Utilizaram as metodologias “Análise de Cluster” e “Teste t” para amostras emparelhadas, o que resultou na formação de quatro conjuntos de cidades agrupadas em termos de esforço fiscal baixo, médio e alto. Ainda, constataram evolução positiva na arrecadação própria dos municípios, que foi confirmada pelo Teste t. Concluíram que os municípios mineiros pesquisados eram dependentes dos recursos de transferências, mas vinham se esforçando para aumentar a arrecadação própria.

Scur e Platt Neto (2011) avaliaram o município de Canela (RS) em termos da dependência orçamentária de recursos provenientes dos repasses federais e estaduais. Fundamentados nos dados obtidos por intermédio de análise documental dos demonstrativos contábeis (de 2001 a 2010) identificaram a composição das receitas quanto àquelas provenientes da arrecadação própria e as oriundas das transferências. Concluíram que a estrutura da receita daquela cidade, em termos percentuais, tinha elevado grau de dependência das receitas de transferências do Estado e da União, visto que somente 37,44% dos recursos provinham de arrecadação própria na década analisada.

Bragaia et al (2015) analisaram a receita do município de São Pedro (SP) em termos das principais fontes de recursos entre os anos de 2003 e 2013. Os resultados evidenciaram que o município em lume não se sustentava com a arrecadação própria e que o percentual desse total de receitas geradas no município, em relação ao total da receita corrente líquida, indicava a existência de grande dependência das transferências de recursos das outras esferas governamentais.

Borges et al (2014) visaram mensurar a eficiência pública municipal através da relação entre despesas com funções de governo e receitas tributárias próprias. Com dados de 2004 a 2010 importados da base FINBRA, do sítio da Secretaria do

Tesouro Nacional (STN), o estudo abrangeu amostra de 689 municípios brasileiros. Utilizaram a Análise Envoltória de Dados (DEA) para investigar hipótese ligada à relação ótima entre despesas e receitas municipais. Conforme tais autores, os resultados indicaram que a eficiência pública municipal poderia ser mensurada e definida por meio de indicadores contábeis e financeiros resultantes da gestão de recursos.

Dal Vesco, Hein e Scarpin (2014) objetivaram verificar a diferença dos indicadores de desempenho econômico e financeiro de 1.145 municípios da região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. Entre os resultados, salientaram o aspecto de que há limitações nas análises ao interpretar a condição financeira das cidades caso não seja por meio de comparações com cidades de porte semelhante, visto que a distinção entre tamanhos das cidades trouxe reflexos nas análises dos indicadores utilizados.

Silva et al (2011) tiveram o propósito de comprovar se os municípios do Estado do Rio Grande do Norte aplicaram o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal nos gastos com educação no período de 2006 a 2009 (25% da receita de impostos e transferências vinculadas). Os resultados revelaram que, dos 167 (cento e sessenta e sete) municípios potiguares, somente 28 (vinte e oito) deles não cumpriram em determinado ano o percentual exigido de gastos com educação e nove cidades não informaram os percentuais utilizados em algum ano da série analisada.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

Sobre as características metodológicas, esta pesquisa pode ser adjetivada como descritiva, de corte seccional e com abordagem quantitativa

Em relação à tipologia quanto aos objetivos, cabe classificá-la como descritiva. Para Andrade (2002) esses estudos se preocupam em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem a interferência direta do pesquisador no contexto. Por envolver o período entre 2010 e 2013, caracteriza-se também como de corte seccional (cross-sectional), visto que investiga fenômeno que ocorre num corte transversal de tempo e efetua análises detalhadas para fundamentar observações alcançadas uma única vez (BABBIE, 1999). No que tange à forma de abordagem quantitativa, Richardson (1999) aduz que essa modalidade envolve as pesquisas que empregam a quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples (como percentual, média, desvio-padrão etc.) até àquelas mais complexas (como coeficientes de correlação, análises de regressão etc.).

Quanto à população abrangida, foram obtidos dados acerca de todos os municípios catarinenses nos quatro anos priorizados. Entretanto, houve a emancipação de dois municípios em 2013 (Pescaria Brava e Balneário Rincão), o que fez com que Santa Catarina fosse constituída por 295 cidades neste último

ano e por 293 entre 2010 e 2012. No que concerne aos dados primários coligidos, a coleta destes ocorreu em dezembro de 2015 em duas fontes on-line. No Relatório Finanças do Brasil - FINBRA (site da Secretaria do Tesouro Nacional – STN) foram obtidas as informações sobre as receitas municipais consideradas no estudo e no site do IBGE foram colhidas as informações relacionadas à divisão em mesorregiões dos municípios catarinenses. Em seguida, os dados foram avaliados quanto a inconsistências ou ausência destes para algum município, tabulados em planilhas Excel e atualizados/inflacionados os valores monetários de 2010, 2011 e 2012 pelo IPCA para poder aquisitivo equivalente ao ano de 2013. Após esses procedimentos foram formatadas as tabelas utilizadas nas análises apresentadas nas seções vindouras.

4. CONTEXTO DO ESTUDO

As próximas seções destacam os principais aspectos do levantamento realizado e dos cálculos que fundamentaram os resultados identificados a partir dos procedimentos analíticos executados.

4.1. Dados coligidos

Nesta fase os dados coletados sobre os 293 (até 2012) ou 295 (em 2013) municípios catarinenses foram agrupados por mesorregiões e segregados nas categorias mencionadas no Quadro 1, que apresenta somente o total estadual dos quatro anos da série analisada e a média quadrienal por restrição de espaço neste artigo.

Quadro 1 - Dados coligidos (resumo)

1 - Receita Líquida Total					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	13.917.715	15.035.066	16.331.984	16.328.170	15.403.234
2 - Receita Tributária Municipal					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	2.371.898	2.582.140	2.739.192	2.969.391	2.665.655
3 - Receita com IPTU					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	684.630	695.261	688.077	750.910	704.719

4 - Transferências Intergovernamentais					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	9.622.564	10.604.180	10.923.650	11.475.771	10.656.541
5 - Participação na Receita da União (em mil R\$)					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	2.439.874	2.810.125	2.761.242	2.778.772	2.697.503
6 - Participação na Receita dos Estados					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	3.888.853	4.155.932	4.273.226	4.375.689	4.173.425
7 - Cota-Parte do ICMS					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	3.246.048	3.495.886	3.591.868	3.721.869	3.513.918
8 - Cota-Parte do IPVA					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	525.176	548.165	601.677	592.810	566.957
9 - Total das receitas abrangidas na pesquisa (Receita Tributária Municipal + Transferências Intergovernamentais)					
Anos	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Total SC (em mil R\$)	11.994.462	13.186.321	13.662.842	14.445.162	13.322.197
% da RLT	86,18%	87,70%	83,66%	88,47%	86,49%

Fonte: elaborado pelos autores.

Ou seja, o quadro citado informa que a pesquisa priorizou os valores relacionados com as seguintes modalidades de receita:

- 1) Receita Líquida Total (RLT): composta pela soma das receitas correntes com as receitas de capital e descontadas as deduções cabíveis, foi este o fator utilizado como base de comparação para estimar o percentual de participação das receitas municipais.
- 2) Receita Tributária Municipal: também conhecida como “receita própria”, refere-se aos valores cuja arrecadação é de competência dos municípios (como impostos, taxas e contribuições de melhoria).
- 3) Receita com IPTU: equivale ao valor arrecadado com a mais conhecida receita tributária das prefeituras e integra a classe de receitas citada no item precedente.

- 4) Transferências Intergovernamentais: referem-se aos valores repassados por outras esferas de governo, como União e governo do estado.
- 5) Participação na Receita da União: representa os montantes destinados aos municípios em virtude da arrecadação de determinados tributos federais.
- 6) Participação na Receita dos Estados: à semelhança do item anterior, diz respeito ao repasse de verbas do governo estadual às prefeituras em decorrência da cobrança de alguns tributos da alçada desta unidade da federação.
- 7) Cota-parte do ICMS: entre os valores relacionados com a receita estadual que os municípios têm participação (citadas no item 6) estão incluídos os recursos desta cota-parte.
- 8) Cota-parte do IPVA: idem ao item 7, mas refere-se à participação municipal na arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

No item 9 do Quadro 1 está registrado o valor total dos dois grupos de receitas priorizados (Receita Tributária Municipal e Transferências Intergovernamentais) neste estudo, que atingiram percentual médio de 86,49% da RLT no quadriênio. Mesmo que não contenha os valores das “Receitas de Capital”, esse percentual assevera a abrangência das receitas consideradas na pesquisa e sinaliza a relevância dos valores envolvidos na análise efetuada.

4.2. Desempenho das receitas das mesorregiões com base em indicadores contábeis

Os dados apurados em relação a todos os municípios catarinenses foram agrupados nas mesorregiões que sediam os mesmos, o que permitiu avaliar a performance desses territórios regionais catarinenses no que tange às receitas respectivas. Nesse sentido, foram priorizados alguns índices como destacado adiante.

Contudo, inicialmente cabe salientar que para apurar os parâmetros de análise todas as modalidades de receitas abrangidas no estudo foram comparadas com a “Receita Líquida Total”, cujo valor (em R\$) respectivo envolvia a soma das “Receitas Correntes” (código no plano de contas 1000.00.00) com as “Receitas de Capital” (2000.00.00) e descontadas as “Deduções da Receita” (9.1000.00.00). Referida comparação visava mensurar a participação percentual das várias fontes de recursos em relação ao montante total anual arrecadado pelas prefeituras de Santa Catarina. Com esse propósito, foram avaliadas as mais importantes receitas provenientes do poder de tributar dos municípios (também conhecidas como “Receitas Próprias”) e das transferências intergovernamentais realizadas pelo governo estadual e pela União, como explicitado nas próximas seções.

4.2.1. Receitas Tributárias Municipais

O primeiro índice mensurado levou em consideração a “Receita Tributária Municipal” (1100.00.00), cujo valor engloba “Impostos” (1110.00.00), “Taxas” (1120.00.00) e “Contribuições de Melhoria” (1130.00.00), sendo que a arrecadação destes é incumbência dos municípios.

Destarte, foi apurado o percentual da “Receita Tributária Municipal” em relação à “Receita Líquida Total” (RLT), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Percentual da Receita Tributária Municipal sobre a RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	8,989%	10,286%	10,399%	10,150%	9,956%
Oeste C.	9,846%	10,002%	10,092%	10,994%	10,234%
V.Itajaí	18,987%	19,147%	19,317%	20,164%	19,404%
G.Fpolis.	31,240%	29,943%	28,680%	31,719%	30,395%
Norte C.	15,570%	16,053%	15,542%	17,246%	16,103%
Sul C.	13,958%	14,266%	13,181%	14,604%	14,002%
Média SC	17,042%	17,174%	16,772%	18,186%	17,294%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os índices citados na Tabela 1 revelam a capacidade de arrecadação de tributos de competência das prefeituras das mesorregiões catarinenses, servindo como parâmetro para avaliar a capacidade do município de obter receitas próprias independentemente dos governos federal e estadual. A propósito disso, constatou-se que a média catarinense no quadriênio foi de 17,294%, ou seja, de cada R\$ 100 de “Receita Líquida Total” a receita própria dos municípios/mesorregiões pesquisados representava R\$ 17,29.

Contudo, foram apurados percentuais bastante divergentes entre as mesorregiões. Na mesorregião “G.Fpolis.” o percentual médio dos quatro anos da série em lume situou-se em 30,395% (31,240% em 2010, 29,943% em 2011, 28,680% em 2012 e 31,719% no ano de 2013), posicionando este território na primeira posição no ranking deste indicador. No extremo oposto ficou a mesorregião “Serrana”, cujos índices anuais foram 8,989%, 10,286%, 10,399% e 10,150%, respectivamente para os anos de 2010 a 2013. Com isso, a média dos municípios situados na região da serra de Santa Catarina atingiu 9,956% no quadriênio.

Além disso, é pertinente destacar que também as mesorregiões “Oeste C.”, “Sul C.” e “Norte C.” tiveram desempenhos inferiores à média do estado, com média de 10,234% nas cidades oestinas, 14,002% nos municípios sulinos e 16,103% nos do norte de Santa Catarina. Por outro lado, a mesorregião “V.Itajaí” superou a média estadual por ter alcançado percentual médio de 19,404% no quadriênio.

Ainda no âmbito da arrecadação de competência dos municípios, a “receita própria” mais conhecida costuma ser o IPTU, contabilmente descrito por “1112.02.00 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana”. Sobre esse imposto, o percentual calculado de participação na “Receita Líquida Total” (RLT) das cidades catarinenses está registrado na Tabela 2, agrupado nas respectivas mesorregiões.

Tabela 2 – Percentual do IPTU sobre a RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Méd. Quadr.
Serrana	1,554%	1,423%	1,368%	1,433%	1,445%
Oeste C.	2,000%	1,979%	1,945%	2,159%	2,020%
V.Itajaí	6,183%	6,020%	5,743%	5,638%	5,896%
G.Fpolis.	9,841%	8,561%	7,132%	8,492%	8,506%
Norte C.	4,758%	4,410%	4,018%	4,556%	4,436%
Sul C.	2,984%	2,977%	2,765%	3,119%	2,961%
Média SC	4,919%	4,624%	4,213%	4,599%	4,589%

Fonte: elaborada pelos autores.

Embora seja o tributo municipal mais famoso, sua participação na “Receita Líquida Total” (RLT) das prefeituras de Santa Catarina é inferior ao montante arrecadado por outras fontes de receita. Os percentuais mencionados na Tabela 2 retratam que referido imposto equivaleu a 4,589% da RLT na média dos quatro anos em Santa Catarina.

Quanto às mesorregiões, por ordem decrescente desse percentual médio apareceram: “G.Fpolis.” com 8,506%; “V.Itajaí” (5,896%); “Norte C.” (4,436%); “Sul C.” (2,961%); “Oeste C.” (2,020%) e “Serrana” (1,445%). Nesse contexto é pertinente destacar a disparidade verificada entre as performances mesorregionais, onde a diferença entre o maior percentual médio apurado (“G.Fpolis.”) e o menor do quadriênio (“Serrana”) chegou a 5,89 vezes (1,445% / 8,506%).

A próxima seção discorre sobre as receitas oriundas de transferências intergovernamentais.

4.2.2. Receitas provenientes de transferências da União e do Estado

Outra categoria de receitas dos municípios relaciona-se com a arrecadação proveniente das “Receitas de Transferências Intergovernamentais” (1720.00.00). Estas referem-se aos recursos provenientes de outros entes federativos, ou seja, abrange as contas “1721.00.00 Transferências da União”, “1722.00.00 Transferências dos Estados”, “1723.00.00 Transferências dos Municípios” e “1724.00.00 Transferências Multigovernamentais”.

O levantamento realizado permitiu determinar os índices de participação percentual dessa modalidade de receita municipal na “Receita Líquida Total” (RLT), por mesorregiões, como exposto na Tabela 3.

Tabela 3 – Percentual das Receitas de Transferências Intergovernamentais sobre a RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	82,898%	83,622%	78,090%	78,981%	80,898%
Oeste C.	83,546%	85,468%	80,522%	85,082%	83,654%
V.Itajaí	61,980%	63,160%	60,687%	62,009%	61,959%
G.Fpolis.	53,110%	54,828%	53,337%	56,308%	54,396%
Norte C.	68,241%	69,356%	64,233%	70,053%	67,971%
Sul C.	74,997%	77,293%	73,390%	78,784%	76,116%
Média SC	69,139%	70,530%	66,885%	70,282%	69,209%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os valores mencionados na Tabela 3 permitiram concluir que os municípios/mesorregiões de Santa Catarina são “dependentes” das transferências intergovernamentais, mas em patamares bastante distintos entre esses territórios. A primeira das informações relevantes oriundas da ilustração citada é o fato de que as cidades barriga-verde apresentaram índice médio da ordem de 69,209% da RLT em termos do montante repassado pelos governos federal e estadual. Portanto, mais de 2/3 dos recursos disponibilizados aos gestores municipais não teve origem na arrecadação própria, o que indica alta dependência dos recursos transferidos pela União e governo do estado.

No que tange às mesorregiões, aquela que representa o oeste catarinense é a que apresentou o maior índice nesse parâmetro, com 83,654%. Ao longo dos quatro anos pesquisados os municípios dessa mesorregional mostraram o seguinte desempenho médio: 83,546% (em 2010), 85,468% (no ano de 2011), 80,522% (2012) e 85,082% (no último ano da série). A segunda posição coube à mesorregião “Serrana”, cujo resultado médio atingiu 80,898%, enquanto que na sequência figuraram as mesorregiões “Sul C.” (76,116%), “Norte C.” (67,971%), “V.Itajaí” (61,959%) e “G.Fpolis.” (54,396%).

Outra forma de mensurar a dependência da arrecadação das cidades/mesorregiões relaciona-se aos valores repassados às prefeituras que têm origem nas transferências intergovernamentais provenientes da União e naquelas advindas do governo estadual.

No caso dos recursos repassados pelo governo federal, estes são contabilizados como “1721.01.00 Participação na Receita da União” e costumam envolver, entre outros, os montantes relacionados à “Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal” (1721.01.02), “Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural” (1721.01.05) e “Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro” (1721.01.32)”. Nessa direção, os dados coletados na pesquisa descortinaram a situação dos municípios do estado catarinense, agregados nas respectivas mesorregiões, quanto à representatividade deste tipo de receita sobre a “Receita Líquida Total” (RLT) como está representado

na Tabela 4.

Tabela 4 – Percentual da Participação na Receita da União na RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	25,738%	27,023%	24,719%	24,696%	25,544%
Oeste C.	26,618%	28,454%	25,510%	26,357%	26,735%
V.Itajaí	13,518%	14,493%	13,119%	12,381%	13,378%
G.Fpolis.	13,584%	14,878%	13,630%	13,728%	13,955%
Norte C.	11,036%	11,893%	10,891%	11,089%	11,227%
Sul C.	22,300%	23,849%	21,401%	22,515%	22,517%
Média SC	17,531%	18,690%	16,907%	17,018%	17,537%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os percentuais mensurados na Tabela 4 revelam o nível de dependência da receita dos municípios/mesorregiões catarinenses em relação ao Governo Federal. O percentual médio apurado no período em tela permite concluir que R\$ 17,54 de cada R\$ 100 das receitas líquidas totais das cidades de Santa Catarina têm origem na União. Das mesorregiões, a que mais depende do governo federal é a “Oeste C.”, visto que a média do quadriênio atingiu 26,735% da RLT. A segunda colocação pode ser atribuída à mesorregião “Serrana” onde o índice em questão chegou a 25,544%. Na sequência deste ranking aparecem as mesorregiões “Sul C.” (com 22,517%), “G.Fpolis.” (13,955%) e “V.Itajaí” (13,378%). Além disso, a última posição ficou a cargo da mesorregional do “Norte C.”, cujo índice médio apurado de 11,227% significa que os municípios que integram-na são os menos dependentes da União, por este critério.

Por outro ângulo de análise, a Constituição Brasileira assegura que os municípios também sejam beneficiados com a receita proveniente das transferências do Estado da federação onde estão sediados. Destarte, recebem verbas classificadas como “1722.01.00 Participação na Receita dos Estados”, que envolvem itens como “1722.01.01 Cota-Parte do ICMS”, “1722.01.02 Cota-Parte do IPVA”, “1722.01.04 Cota-Parte do IPI sobre Exportação”, “1722.01.13 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico” (CIDE) e “1722.01.99 Outras Participações na Receita dos Estados”. As citadas fontes de renda foram cotejadas com a “Receita Líquida Total” (RLT) de cada cidade barriga-verde, o que possibilitou calcular os índices percentuais expressos na Tabela 5, consolidados por mesorregiões.

Tabela 5 - Percentual da Participação na Receita dos Estados na RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	29,260%	28,319%	26,405%	25,624%	27,402%
Oeste C.	33,747%	33,787%	31,203%	32,011%	32,687%
V.Itajaí	24,565%	24,459%	24,025%	23,745%	24,199%
G.Fpolis.	21,384%	21,727%	20,933%	21,658%	21,426%

Norte C.	31,891%	30,806%	28,563%	30,566%	30,456%
Sul C.	26,891%	26,684%	24,864%	26,440%	26,220%
Média SC	27,942%	27,642%	26,165%	26,798%	27,137%

Fonte: elaborada pelos autores.

A partir dos percentuais citados na Tabela 5 foi possível deduzir quais as mesorregiões de Santa Catarina apresentavam maior proporção dos recursos originários do governo estadual em relação aos montantes das Receitas Líquidas Totais (RLT) respectivas. Enquanto a média do estado no quadriênio investigado atingiu 27,137%, em três das seis mesorregiões esse parâmetro ficou acima da média estadual: “Oeste C.” com índice de 32,687%; “Norte C.” com percentual de 30,456% e “Serrana” com 27,402%. Na outra metade dos territórios abrangidos a realidade expressa pelos índices calculados mostrou menor dependência da RLT perante as receitas decorrentes da “Participação na Receita dos Estados”, ou seja: “Sul C.” (26,220%); “V.Itajaí” (24,199%) e “G.Fpolis” (21,426%).

Entre as receitas das prefeituras cuja origem é o Estado da federação onde está localizado o município, aquela que geralmente assume a maior proporção é a contabilizada como “1722.01.01 Cota-Parte do ICMS”. No que tange à participação desta fonte de recursos na “Receita Líquida Total” (RLT) no período de 2010 a 2013, as mesorregiões catarinenses apresentaram o cenário descrito na Tabela 6.

Tabela 6 – Percentual da Cota-Parte do ICMS na RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano: 2010	Ano: 2011	Ano: 2012	Ano: 2013	Média do Quadr.
Serrana	25,227%	24,532%	22,962%	22,432%	23,788%
Oeste C.	29,494%	29,735%	27,177%	28,091%	28,624%
V.Itajaí	20,256%	20,433%	20,103%	20,255%	20,262%
G.Fpolis.	15,946%	16,256%	15,712%	16,608%	16,130%
Norte C.	27,195%	26,559%	24,840%	26,782%	26,344%
Sul C.	21,796%	21,685%	20,010%	21,532%	21,256%
Média SC	23,323%	23,252%	21,993%	22,794%	22,840%

Fonte: elaborada pelos autores.

Com fulcro nos percentuais da Tabela 6 é pertinente considerar que de cada R\$ 100 da RLT o valor médio recebido pelos municípios de Santa Catarina a título de “Cota-parte do ICMS” equivaleu a R\$ 22,84 entre os anos de 2010 a 2013. O repasse do ICMS teve participação percentual mais significativa na mesorregião “Oeste C.”, com cerca de 28,624% da RLT. Na sequência, em ordem decrescente, cabe mencionar as mesorregiões “Norte C.” (26,344%), “Serrana” (23,788%), “Sul C.” (21,256%), “V.Itajaí” (20,262%) e, por último, “G.Fpolis.” (16,130%)

O segundo maior valor das transferências que os municípios recebem dos Estados é denominado contabilmente como “1722.01.02 Cota-Parte do IPVA”. Acerca dessa receita, a participação percentual do IPVA no total das receitas líquidas (RLT) das prefeituras catarinenses está descrita na Tabela 7, por

mesorregiões.

Tabela 7 – Percentual da Cota-parte do IPVA sobre a RLT, por mesorregiões

Mesor.	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Méd. Quadr.
Serrana	2,916%	2,790%	2,850%	2,768%	2,831%
Oeste C.	3,358%	3,235%	3,394%	3,466%	3,363%
V.Itajaí	3,572%	3,423%	3,441%	3,151%	3,397%
G.Fpolis.	4,921%	4,833%	4,890%	4,773%	4,854%
Norte C.	3,450%	3,251%	3,234%	3,348%	3,321%
Sul C.	4,465%	4,456%	4,458%	4,592%	4,493%
Média SC	3,773%	3,646%	3,684%	3,631%	3,683%

Fonte: elaborada pelos autores.

A situação das mesorregiões, conforme exposto na Tabela 7, leva a concluir que a parcela da arrecadação deste imposto estadual que é repassado aos municípios representou 3,683% da RLT, em média, durante o quadriênio em lume. A segregação em termos mesorregionais evidenciou na “G.Fpolis” é onde esse tributo mostra o maior índice de participação na RLT com 4,854%. Na segunda posição figurou a mesorregião “Sul C.”, onde apurou-se o índice de 4,493%, enquanto que no “V.Itajaí” o indicador apurado mostrou nível equivalente a 3,397%. Ainda, a quarta colocação nesse ranking pode ser atribuída aos municípios que compõem a mesorregional “Oeste C.” (com 3,363%), na quinta posição figura a mesorregião “Norte C.” (com 3,321%) e o último nível coube à “Serrana” (2,831%).

Depois de apresentar os índices de participação conforme acima, na próxima seção discorre-se acerca dos principais “achados” deste estudo.

4.4. Discussão dos resultados

Os percentuais de participação das modalidades de receitas municipais das mesorregiões abrangidas nesta pesquisa estão sintetizados na Tabela 8.

Tabela 8 - Médias dos índices apurados no quadriênio abrangido (2010-2013)

Itens	Serrana	Oeste C.	V.Itajaí	G.Fpolis.	Norte C.	Sul C.	Média SC
1 - Rec. Trib. Munic.	9,96%	10,23%	19,40%	30,40%	16,10%	14,00%	17,29%
2 - Rec. com IPTU	1,44%	2,02%	5,90%	8,51%	4,44%	2,96%	4,59%
3 - Transfer. Intergov.	80,90%	83,65%	61,96%	54,40%	67,97%	76,12%	69,21%
4 - Part. Rec. da União	25,54%	26,73%	13,38%	13,96%	11,23%	22,52%	17,54%
5 - Part. Rec. dos Estados	27,40%	32,69%	24,20%	21,43%	30,46%	26,22%	27,14%
6 - Cota-parte ICMS	23,79%	28,62%	20,26%	16,13%	26,34%	21,26%	22,84%
7 - Cota-parte IPVA	2,83%	3,36%	3,40%	4,85%	3,32%	4,49%	3,68%
8 - Part. Rec. Líq. Total	90,85%	93,89%	81,36%	84,79%	84,07%	90,12%	86,49%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir do cenário delineado pelos índices médios dos quatro anos da série

analisada, expressos na Tabela 8, foi possível chegar a algumas conclusões acerca do nível de dependência dos conjuntos de municípios que integram as seis mesorregionais em lume, quanto aos recursos originários das receitas intergovernamentais ou próprias.

No caso das receitas cuja arrecadação é competência exclusiva das prefeituras (linha “1-Rec. Trib. Munic.” da tabela citada), a mesorregião com maior capacidade de obter recursos “próprios” é a da “G.Fpolis.”, visto que 30,40% da Receita Líquida Total (RLT) do quadriênio abrangido estava atrelado a essa fonte, secundada pela mesorregião “V.Itajaí” com 19,40%. No outro extremo, a mesorregional “Serrana” pode ser considerada aquela com menor potencial de se manter com recursos advindos exclusivamente da tributação municipal, pois conseguiu montante equivalente a apenas 9,96% da RLT do período estudado. Vale destacar, ainda, que as mesorregiões “Oeste C.” e “Sul C.” apresentaram índices assemelhados (10,23% e 14,00%, respectivamente) ao da “Serrana”. Com base nesse parâmetro, cabe asseverar que estas três mesorregiões são as mais “dependentes” do repasse de recursos dos governos federal e estadual, de vez que os valores dos tributos municipais equivalem a menos de 15% do total da receita líquida. Por outro lado, as mesorregiões com maior autonomia nesse indicador são, pela ordem, “G.Fpolis.”, “V.Itajaí” e “Norte C.”.

Quanto ao nível de dependência das transferências intergovernamentais (linha “3 – Transf. Intergov.” na Tabela 8), a média estadual ficou em 69,21% no quadriênio. Por esse critério, a mesorregião “Oeste C.” aparece na primeira posição do ranking estadual da “dependência” de recursos transferidos, com 83,65% (em média) do montante da RLT tendo origem na União e no governo barriga-verde. A segunda colocação coube ao grupo de municípios serranos, onde o índice de participação mensurado chegou a 80,90% nos quatro anos priorizados. As demais posições couberam ao “Sul C.” (76,12%), “Norte C.” (67,97%), “V.Itajaí” (61,96%) e “G.Fpolis.” (54,40%). Os referidos percentuais permitem concluir que as primeiras mesorregiões são aquelas com menor independência dos recursos federais e estaduais, enquanto as últimas são menos subordinadas àquela categoria de receita.

Por não considerar alguns tipos de receitas (como a “Receita de Capital”), que também diferem em proporção da RLT nos municípios de Santa Catarina, ocorreu a alteração no “título” de mesorregião menos autônoma ou com maior dependência de recursos de transferências intergovernamentais. Ou seja, se computadas somente as Receitas Tributárias Municipais, a mesorregional “Serrana” seria a mais dependente das verbas repassadas pela União e Governo do Estado, pois sua arrecadação “própria” atingiu somente 9,96% da RLT (contra 10,23% do “Oeste C.”). Todavia, sob o prisma das “Transferências Intergovernamentais” esse lugar caberia ao grupo de municípios que compõem a mesorregião “Oeste C.”, considerando-se que estas equivaleram a 83,65% da RLT nesta área geográfica (contra 80,90% da “Serrana”).

Ainda no campo das receitas transferidas, cabe distinguir o grau de dependência das providas pela União e daquelas fornecidas pelo tesouro estadual.

No que tange aos repasses federais, optou-se por mensurar somente a “Participação na Receita da União” (item “4” da tabela acima), o que implicou excluir algumas modalidades de verbas (como as transferências relacionadas ao FNDE e ao FUNDEB, entre outros). Idem para o indicador relacionado à “Participação na Receita dos Estados” (item “5” da Tabela 8).

Então, com base exclusivamente nos valores classificáveis nessas duas rubricas, foram identificados alguns pontos relevantes.

O primeiro está atrelado à disparidade nos percentuais dessas duas formas de transferência em cada mesorregião. Enquanto na região serrana o índice relativo à “Participação na Receita dos Estados” superou o percentual da “Participação na Receita da União” em 1,86 pontos percentuais (27,40% - 25,54%), nas demais áreas essa diferença foi maior: na do “Sul C.” foi de 3,70 p. p. (26,22% - 22,52%); na do “Oeste C.” chegou a 5,95 p. p. (32,69% - 26,73%); na “G.Fpolis.” atingiu 7,47 p. p. (21,43% - 13,96%); na do “V.Itajaí” ficou em 10,82 p. p. (24,20% - 13,38%) e na mesorregional “Norte C.” a distância foi de 19,23 p. p. (30,46% - 11,23%). Essa métrica pode ser empregada no sentido de conhecer quais mesorregiões estão mais dependentes do governo do Estado ou do governo central. A propósito disso, restou comprovado que nessas duas categorias de receitas das prefeituras as verbas estaduais têm maior proporção na RLT que aquelas da esfera federal. Esse raciocínio aplica-se, em especial, nas mesorregiões “Norte C.” e “V.Itajaí”, onde o volume dos recursos de participação com origem estadual superou em 2,71 vezes e 1,81 vez os montantes advindos da participação na renda da União, respectivamente.

O segundo aspecto relaciona-se com a diferença existente entre os índices das mesorregiões quanto aos repasses da “Participação na Receita da União”. Enquanto a média estadual no quadriênio foi de 17,54%, metade das mesorregiões apresentou índices superiores a esse percentual. No caso do “Oeste C.” o percentual médio desta fonte de recursos na RLT situou-se em 26,73%; na “Serrana” chegou a 25,54% e na “Sul C.” foi de 22,52%. As demais mesorregiões apresentaram níveis de dependência equivalentes a 13,96% (“G.Fpolis.”), 13,38% (“V.Itajaí”) e 11,23% (“Norte C.”). No que tange à diferença entre a menos dependente (“Norte C.”) e aquela com maior dependência (“Oeste C.”) deste tipo de receita, foi apurada uma variação de 15,51 p. p. (26,73% - 11,23%) entre as mesmas, que equivale a uma proporção de 2,38 vezes.

O terceiro destaque refere-se às discrepâncias verificadas nos percentuais apurados sobre a participação na receita estadual, cuja variação entre as áreas geográficas envolvidas no estudo foi menor que àquela comentada no parágrafo precedente, mas os percentuais sobre a RLT foram bastante superiores. Por esse parâmetro, o índice médio dos quatro anos alcançou 27,14% (contra 17,54% no âmbito da participação na receita federal). Quanto ao desempenho individualizado, o maior percentual da RLT foi apurado na mesorregião “Oeste C.”, com 32,69%, enquanto a “G.Fpolis.” ostentou o menor valor (21,43%). Ou seja, a diferença entre estes dois extremos totalizou 11,26 pontos percentuais (contra 15,51 p. p. no caso da participação na receita da União) e a proporção entre as duas chegou a 1,53

(contra 2,38 vezes na anterior).

Quanto às possíveis causas destas discrepâncias entre as mesorregiões, como a legislação estabelece critérios para o repasse dessas duas modalidades de receitas às prefeituras, provavelmente as diferenças constatadas estejam atreladas às características de cada território. No caso da rubrica “Participação na Receita da União”, esta é composta por receitas vinculadas à Cota-parte do FPM-União, à Cota-parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural e pela Cota-parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários. Portanto, tende a ser impactada mais especificamente pelo nível de industrialização, pela maior concentração de terrenos rurais (em detrimento das áreas urbanas) e pela existência de empresas do segmento financeiro.

No que concerne aos índices mensurados acerca da “Participação na Receita dos Estados”, supõe-se que estes são influenciados pela maior concentração de contribuintes do ICMS, pelo tamanho da frota de veículos (no caso da Cota-parte do IPVA e da CIDE) e pelo faturamento relacionado com exportações (no que tange ao IPI-Exportação), entre outros fatores que são mais presentes em determinadas mesorregiões que em outras.

Além disso, os “achados” desta pesquisa corroboram os estudos de Reis et al (2016), Bragaia et al (2015) e Scur e Platt Neto (2011) que também identificaram alta dependência dos repasses da União e dos Estados dos municípios que estudaram. Nesse sentido, restou evidente que todas as mesorregiões catarinenses, mesmo as mais desenvolvidas, ainda são muito dependentes dos recursos oriundos das esferas federal e estadual. É o caso da mesorregião da Grande Florianópolis, que provavelmente consegue maior arrecadação de tributos municipais que as demais mesorregiões por conta da estrutura política que costuma caracterizar uma capital estadual e seu entorno. Contudo, ainda mais da metade de seus recursos são originários de repasses intergovernamentais.

5. Conclusões e recomendações para trabalhos futuros

A pesquisa procurou obter resposta acerca de questão relacionada aos índices de participação percentual sobre a Receita Líquida Total (RLT) das principais modalidades de receitas dos municípios de Santa Catarina, agrupados nas respectivas mesorregiões. Com tal propósito, tinha por objetivo mensurar a proporção percentual dos valores dessas receitas sobre o montante da RLT arrecado em cada um dos territórios mesorregionais do estado, de forma comparativa.

Nesse sentido, os autores consideram que a partir dos dados coligidos na contabilidade pública dessas cidades conseguiram responder convenientemente à pergunta de pesquisa, bem como atingiram o objetivo proposto. Ou seja, foram calculados os percentuais que mostraram os níveis de dependência das fontes de

recursos abrangidas dos municípios que compõem as seis mesorregiões catarinenses durante os quatro anos da série histórica em tela.

Quanto aos resultados, estes podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- 1) A “G.Fpolis.” é a mesorregião que possui maior capacidade de arrecadação quanto às Receitas Tributárias Municipais e a “Serrana” pode ser qualificada como a menos eficiente na obtenção deste tipo de receita. Ainda, essa mesma performance pode ser atribuída em relação à arrecadação de IPTU, se comparados os índices apurados a respeito.
- 2) No caso das Transferências Intergovernamentais, a mesorregião “Oeste C.” foi a que apresentou a maior proporção da RLT (com 83,65%), enquanto que a “G.Fpolis.” ostentou o menor percentual (54,40%). Então, por esse critério, o grupo de municípios do oeste catarinense pode ser considerado o mais dependente de verbas dos governos estadual e federal entre as seis mesorregiões investigadas.
- 3) Os recursos oriundos da “Participação na Receita da União” são menos representativos que os provenientes da “Participação na Receita dos Estados” nos seis conjuntos de municípios visados. Contudo, a distância entre os percentuais destas duas rubricas divergiu bastante entre as mesorregiões, conforme destacado na seção precedente.
- 4) Quanto aos integrantes das transferências do governo estadual, no quadriênio os montantes da “Cota-parte ICMS” foram significativamente mais relevantes (média estadual de 22,84%) que os repasses da “Cota-parte IPVA” (3,68%, em média) no período.

No que concerne à contribuição do estudo, esta reside principalmente na possibilidade de evidenciar indicativos para melhoria da gestão dos municípios/mesorregiões de Santa Catarina, uma vez que demonstrou existirem diferentes proporções dos valores pertinentes às categorias das receitas tributárias municipais mais relevantes sobre o montante líquido arrecado em cada um dos territórios mesorregionais visados. Essas informações podem subsidiar os gestores quanto aos caminhos a priorizar para otimizar a arrecadação pública regional e/ou municipal.

Quanto às limitações associadas ao estudo, além de envolver apenas quatro anos em razão da disponibilidade dos dados por ocasião da pesquisa, optou-se por não abranger todas as modalidades de receitas (como as receitas de capital, entre outras). Apesar disso, as receitas enfocadas representaram 86,49% da RLT no período avaliado.

Por último, como sugestões para trabalhos futuros sobre essa temática, recomenda-se pesquisa sobre aspectos como:

- a) Avaliação da receita per capita nas várias modalidades abrangidas neste, com o intuito de identificar oscilações no ranqueamento entre as mesorregiões entre o enfoque adotado nesta e aquele ora proposto.
- b) Replicar a mesma abordagem a partir da atualização dos dados para os anos posteriores à série histórica investigada, com a intenção de identificar mudanças nos percentuais calculados.

- c) Empregar tratamento estatístico, como a Análise Envoltória de Dados (DEA), correlações ou regressões visando obter informações ocultas nos dados apurados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002b.

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base na LC n. 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, N. de A. Contabilidade pública na gestão municipal. São Paulo: Atlas, 2002a.

AVILA, R. I.; CONCEIÇÃO, J. B. S. O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira. Cadernos IHU Ideias. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, n. 234, v.13, 2015.

BABBIE, E. Métodos de pesquisa survey. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BORGES, E. F.; PEREIRA, J. M.; DA COSTA BORGES, G. M. da C.; SILVA, J. J. Utilização da Análise Envoltória de Dados para mensuração da eficiência municipal a partir da gestão das receitas próprias e das funções de governo. Revista de Contabilidade & Controladoria. Set./dez.2014, Vol. 6, no. 3, p.19-38.

BRAGAIA, S. V.; SANTOS, N. C. dos; FERREIRA, N. M.; RUEDA, V. O pacto federativo ou federalismo fiscal brasileiro e análise da arrecadação da receita do município de São Pedro/SP. Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep – REFICONT – v. 1, n. 2, Jan/Jun – 2015, p. 53-67.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DAL VESCO, D. G.; HEIN, N.; SCARPIN, J. E. Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. Enfoque: Reflexão Contábil – UEM. Maringá (PR), v. 33, n. 2, p.19-34, maio/ago. 2014.

GOUVÊA, M. A.; VARELA, P. S.; FARINA, M. C. Avaliação das relações entre receita tributária e desenvolvimento econômico e social dos grupos 3, 4 e 5 de municípios paulistas, segundo o IPRS: uso da análise multivariada de variância. Revista Eletrônica de Administração, v. 16, n. 2, p. 1-21, 2010.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLANN, R. C. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP): um estudo nas unidades da federação do Brasil. Revista Ambiente Contábil - UFRN - Natal-RN. v. 6. n. 1, p. 253 - 272, jan./jun. 2014

MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. Administração financeira municipal. São Paulo: Atlas, 2000.

REIS, P. R. da C.; COSTA, T. de M. T. da; SILVEIRA, S. F. R. Receita pública e bem-estar social nos municípios mineiros emancipados no período de 1988 a 1997. Revista Eletrônica de Administração, v. 19, n. 1, p. 61-82, 2013.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

REIS, A. de O.; ABRANTES, L. A.; FARONI, W.; PASSOS, N. L. dos. Comportamento da arrecadação própria e da carga tributária nos municípios da Zona da Mata Mineira. Revista Ambiente Contábil - UFRN. Natal (RN), v. 8. n. 1, p. 1- 6, jan./jun. 2016.

SCUR, R. B.; PLATT NETO, O. A. Diagnóstico da dependência dos repasses federais e estaduais no município de Canela - RS. Revista Catarinense da Ciência Contábil. Florianópolis, Vol.10 (29), Jul./2011, p.53-68.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais: Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Setembro de 2012. Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fm.pdf> Acesso em 29/01/2016.

SILVA, M. C. da; AQUINO, I. de P. B. de; OLIVEIRA, E. J. de; BATISTA, E. M. Gastos com educação: análise da aplicação de recursos pelos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2006 a 2009. Enfoque: Reflexão Contábil - UEM. Maringá (PR), v. 30, n. 2, p.67-82, maio/ago. 2011.

Sobre os autores

Allyne Marie Molina Moreira Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza; Mestranda em Direito no Centro Universitário 7 de Setembro.

Ana Paula de Moraes Campos Teixeira Coordenadora e Professora da Faculdade de Administração do Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (ICEC) e Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso (IESMT). Graduada em Administração Com Habilitação em Comercio Exterior. Mestrado em Administração e Liderança. Mestranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária. Pós-Graduada Gestão em Negócio. paulacampos.adm@hotmail.com

Artur Angelo Ramos Lamenha É doutorando em Administração de empresas y Comércio Internacional pela UNEX (2013); Mestre em Gestão Pública (2010), especialista em Psicologia Organizacional (2015); especialista em Economia (2012); especialista em Contabilidade e Controladoria (1998) e graduado em Ciências Contábeis (1995). Atualmente é Professor da UFAL (FEAC) nos cursos de graduação em ciências contábeis e administração, e do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC nos cursos de especialização das áreas de Administração, Administração Pública e Ciências Contábeis. Tem trabalhos publicados em livros e artigos científicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. É componente da Academia Alagoana de Contabilidade empossado na cátedra 21, E-mail: artur.lamenha@gmail.com.

Benedito Albuquerque da Silva Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FAC – Departamento de Ciências Contábeis. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Várzea Grande-UNIVAG; Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP;Doutor em Contabilidade pela Universidade Nacional de Rosário – Argentina; Doutorando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. E-mail para contato: ba.silva@terra.com.br

Bradlei Ricardo Moretti Professor da Universidade Regional de Blumenau Auditor Independente. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB E-mail: morettibrm@hotmail.com

Carlos Alberto Oliveira Brito Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia; Especialização em Consultoria Industrial pela SUDENE/UFPB; Mestrado em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu. E-mail para contato: caobrito@uol.com.br

Caroline do Carmo Adorno Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana; E-mail para contato: adornocaroline@gmail.com

César Medeiros Cupertino, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, Santa Catarina. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1992), mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2003), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), doutorado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutorado em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor em cursos de graduação e pós-graduação, tendo atuado em diversas instituições de ensino de Santa Catarina, entre elas: UFSC, UDESC/ESAG, SOCIESC/FGV, SENAC/SC e UNIVALI. Entre as disciplinas lecionadas destacam-se as seguintes: Administração Financeira, Mercado de Capitais, Matemática Financeira, Métodos Matemáticos e Estatísticos, Contabilidade de Custos, Auditoria Contábil e Perícia Contábil. É palestrante convidado de eventos científicos e de formação profissional, como o Curso de Formação de Peritos em Contabilidade da Polícia Federal. Possui artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, com ênfase em accrual anomaly, earnings quality, earnings management, valuation, sonegação fiscal, auditoria e perícia contábil

Denis Dall'Asta Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação de Ciências e Letras de Cascavel (1984), Especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Estadual de Maringá (1991) e Auditoria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1993), Mestre (2000) e Doutor (2006) em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Mestrado em Contabilidade e Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Conselho Editorial da Revista Ciências Sociais em Perspectiva. Líder do Grupo de Pesquisa em Contabilidade e Finanças. E-mail: denis.asta@unioeste.br

Diego Messias Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (2009); Especialista em Controle da Gestão Pública pela Universidade Federal da Santa Catarina (2016) e especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional (2012); Mestre em Contabilidade pela UNIOESTE. Participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Financeira e Finanças do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). E-mail: diegomessias.1986@gmail.com

Gabriel Ramos Lamenha É bacharel em ciências contábeis pela SEUNE, com trabalhos acadêmicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Tem experiência com escrituração fiscal e trabalhista, relatórios gerenciais e análise das demonstrações financeiras. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, E-mail: lamenha20@hotmail.com.

Herivelton Antônio Schuster Professor da Universidade da Região de Chapecó - Unochapecó, Faculdade Mater Dei e Instituto Federal do Paraná – IFPR. Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Mater Dei; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: herivelton_schuster@hotmail.com

Ivone Junges (Economista, Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas/UFSC, Professora no Curso de Administração/UNISUL – E-mail: ivone.junges@unisul.br)

Jeanne Marguerite Molina Moreira Professor da Universidade Federal do Ceará; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP); E-mail para contato: jeannemoreira@hotmail.com

Jerry Adriani Johann Graduado em Engenharia Agrícola pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1997); Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (1998); Mestre em Engenharia Agrícola pela UNIOESTE (2001) Doutorado em Engenharia Agrícola pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2011). Atua na graduação em Engenharia Agrícola e na pós-graduação no mestrado/doutorado em Engenharia Agrícola e no mestrado em Administração e Contabilidade. Vice-líder do grupo de pesquisa de Geoestatística Aplicada (GGEA) (1998-Atual) e Grupo de Pesquisa de Otimização de Sistemas Agroindustriais do Oeste do Paraná (GROSAP) da UNIOESTE (1997-Atual), e Grupo de Estudos em Geoprocessamento (GEO) da UNICAMP/SP (2000-Atual). E-mail: jerry.johann@hotmail.com

João Vinicius Santos Correia de Melo É pós graduando em Administração e Contabilidade Pública pela IPOG (2016); Possui graduação em Ciências Contábeis pela Seune (2015). Contém Artigo completo publicado na revista Olhares Plurais; Tem resumos publicados em anais de congressos e fez apresentações de trabalhos em simpósios e congressos, Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas pela aprovação do Comitê Científico do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade dos dois trabalhos de sua autoria. Atualmente é diretor administrativo e contador da Torquato & Melo Assessoria Contábil e Empresarial e é Controlador Geral da Prefeitura Municipal de Anadia. E-mail: jvscm93@hotmail.com

Keizi Sacon Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Chapecó, Santa Catarina.

Leidyanne Kássia Brandão Carneiro Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC); E-mail para contato: leidyanne_kassia_@hotmail.com

Luiz Ivan dos Santos Silva Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Faculdade Anísio Teixeira; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial *lato sensu* da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Bahia; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialização em Gestão Pública e Planejamento de Projetos pela Faculdade Batista Brasileira; Mestrado em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu. E-mail para contato: prof.luizivan@hotmail.com

Mateus Prestes Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Chapecó, Santa Catarina.

Maria Luciana de Melo É Pós-Graduanda em Contabilidade e Direito Tributário pela IPOG (Instituto de Pós-Graduação e Graduação), bacharela em Ciências Contábeis pela SEUNE (Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste), com trabalhos acadêmicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Atua como Gerente Financeiro. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. E-mail: malumelo87@gmail.com

Maressa Nadir Fonseca Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá (2014) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito trabalhista; e na área de Contabilidade, com ênfase em Consultoria de micro e pequenas empresas.

Michel Angelo Constantino de Oliveira Professor nos Programas de Doutorado e Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária e em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Administração. Mestre em Desenvolvimento Local. Doutor em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Pesquisador da área de Políticas Públicas Agroambientais, Economia Comportamental, Economia Regional e Econometria (Métodos Quantitativos). Pesquisador visitante do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA-Brasília/DF. Editor associado da *Economic Analysis of Law Review*. É Vice-líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no DGP/CNPq: Desenvolvimento, meio-ambiente e sustentabilidade, envolvendo pesquisadores nacionais e internacionais. No grupo de pesquisa destaca-se entre outros, o tema: Caracterização, variabilidade e diversidade genética em populações arbóreas com finalidades madeiráveis e, especialmente não madeiráveis, incluindo-se medicinais com utilização em saúde. Cientista de dados.

Nidia Martineia Guerra Gomes Professora do Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (ICEC) e do Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso (IESMT) nos cursos de administração, ciências contábeis e direito. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá – PR. Especialista em Economia

Agroindustrial pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT. Mestre em Agricultura Tropical pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT. Doutoranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. E-mail para contato: nidiaguerra2@gmail.com

Ozeni Souza de Oliveira Graduação em Ciências Biológicas. Pós-graduação em Ciências e Biotecnologia de Alimentos. Mestre em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária

Reginaldo Brito da Costa Professor titular da Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Ciências Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná. Revisor dos periódicos científicos *Bragantia*, *Crop Breeding and Applied Biotechnology*, *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, *Ciência Rural*, *Scientia Forestalis*, *Ciência Florestal*, *Interações*, *Multitemas*. É líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no DGP/CNPq: Desenvolvimento, meio-ambiente e sustentabilidade, envolvendo pesquisadores nacionais e internacionais. No grupo de pesquisa destaca-se entre outros, o tema: Caracterização, variabilidade e diversidade genética em populações arbóreas com finalidades madeiráveis e, especialmente não madeiráveis, incluindo-se medicinais com utilização em saúde. Membro titular do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Campo Grande, MS.

Reinaldo de Almeida Coelho, Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, Florianópolis, Santa Catarina. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Industrial and Systems Engineering - Virginia Polytechnic Institute and State University (2002), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é gerente regional - Fundo Criatec - BNDES e professor universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Finanças, atuando principalmente nos seguintes temas: alocação de recursos, políticas públicas, desenvolvimento econômico, finanças corporativas e mercado de capitais.

René Becker Almeida Carmo Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial *lato sensu* da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia; Especialização em Consultoria Industrial pela SUDENE/UFPB; Mestrado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Bahia; Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail para contato: rene@uefs.br

Roberto Carlos Klann Professor da Universidade Regional de Blumenau. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB; Doutorado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: rklann@furb.br

Roberto Francisco de Souza Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena – AJES (2009). Especialização em Contabilidade Gerencial e Controladoria em andamento pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Gerencial e Controle em Organizações do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). E-mail: robertofsouzajr@gmail.com

Rodney Wernke (Contador, Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas/UFSC, Professor no Curso de Administração/UNISUL e Professor no PPG em Ciências Contábeis e Administração/UNOCHAPECÓ – E-mail: rodney.wernke@unisul.br)

Rosane Aparecida Kulevicz Professora na UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso – FAC – Faculdade de Administração e Contábeis do departamento Ciências Contábeis Desde agosto de 1992 - até o momento. Graduada na - Universidade Federal de Mato Grosso em Bacharelado em Ciências Contábeis, 1988 – 1991; Especialista em Administração, pela Universidade de Tiradentes – RJ, Especialização em administração, 1994 – 1996; MBA em gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas – RJ em Master of Business Administration (MBA), Economia e Gestão Empresarial, 1999 – 2001; Mestra em Ciências Contábeis e Atuariais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP em Ciências Financeiras e Contábeis e Atuariais, 1999 – 2002. Doutorando em CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA. Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande, MS; e-mail para contato: rosaneakulevicz@gmail.com

Sady Mazzioni Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FURB; Professor do Programa de Mestrado Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Professor do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó. Chapecó, Santa Catarina.

Sandro Aparecido Lima dos Santos Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá. Graduado em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus Marília. Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: sandroal.santos@gmail.com

Selma Alves Dios Professor da Universidade Federal Fluminense. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Ciências Contábeis pela fundação Getúlio Vargas. Doutorado em Contabilidade e finanças pela Universidad de Zaragoza, Espanha

Sérgio Murilo Petri Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC; Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor do Curso de Ciências Contábeis da UFSC. Florianópolis, Santa Catarina.

Silvana Dalmutt Kruger Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestra em Contabilidade e Professora do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó; Chapecó, Santa Catarina.

Sílvio Parodi Oliveira Camilo, Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, Santa Catarina. Pós-doutorado em Ciências Contábeis-PPGC-UFSC. Doutorado em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestrado em Administração e Negócios, com ênfase em estratégia empresarial (PUC/RS). Pós-graduação em Finanças das Empresas, em nível de especialização (UFRGS). Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegre de Ciências Contábeis e Administração. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Ciências Econômicas (UNISUL). Estudante de Filosofia (UNISUL). Líder do Grupo de Pesquisa Estratégia e Competitividade -GECOMD (UNESC); e membro do GP Estudos em Estratégia e Performance- GEEP (UNIVALI/SC). Professor de Pós-graduação do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS (UNESC). Tem interesse em pesquisa nos seguintes temas: Finanças, Estratégia, Governança Corporativa, Determinantes da Inovação e Procedimentos Metodológicos de Pesquisa. É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) nas áreas temáticas de Estratégia, Finanças e Contabilidade

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-51-6



9 788593 243516